

CONVITE À AÇÃO - DECLARAÇÃO PARLAMENTAR

4º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudança Climática
Avançando a Ação Climática por meio da Legislação e Supervisão Parlamentar
Paramaribo, Suriname | 8 e 9 de agosto de 2019

Nós, parlamentares de 16 países das Américas e do Caribe, nos reunimos nos dias 8 e 9 de agosto de 2019, em Paramaribo, Suriname, por ocasião da 4ª Reunião da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas, que teve como tema geral a *Avançando a Ação Climática por meio da Legislação e Supervisão Parlamentar*. Essa Rede funciona como um órgão de coordenação interparlamentar que facilita o intercâmbio e a disseminação de boas práticas legislativas relacionadas à mudança climática no hemisfério.

O Encontro serviu como uma oportunidade para nós, parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil dialogarem sobre soluções legislativas concretas e eficazes para atender à urgência da mudança climática e contribuir para a implementação do Acordo de Paris, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030. Reconhecemos que a mudança climática está afetando nossas sociedades, bem como o meio ambiente e a economia de nossas nações, e que é hora de agir. Este é o nosso convite à ação aos colegas parlamentares, líderes políticos, sociedade civil e organizações multilaterais, acadêmicos e a todos os indivíduos em nosso hemisfério:

1. Solicitamos a todos os parlamentares que apoiem ativamente o trabalho que está sendo feito atualmente em seus países para atualizar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) para 2020, e influenciar o processo a fim de aumentar as metas dos CNDs passados, atender os objetivos do Acordo de Paris, e integrar as agendas relacionadas à conservação no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
2. Solicitamos todos os governos, legislativos e intervenientes políticos para colaborarem nas questões de mudança climática e sustentabilidade, e para desenvolver, implementar e monitorar soluções integrais e inovadoras que respondam às diferentes necessidades das nossas sociedades;
3. Solicitamos aos nossos governos que implementem o Quadro de Transparência (adotado na COP24) e melhorem as práticas e mecanismos para medir e relatar de maneira transparente o progresso das Contribuições Nacionalmente Determinadas de nossos países, envolvendo melhor os parlamentos no processo;
4. Solicitamos aos governos que publiquem dados a nível nacional sobre emissões nocivas ao clima, ações de mitigação e adaptação tomadas e recursos públicos alocados para esses propósitos em formatos abertos, a fim de fortalecer a supervisão político parlamentar e aumentar a prestação de contas, assim como promover a colaboração e a inovação em todos os setores e níveis, de modo que sejam feitos progressos nos NDCs e nos objetivos do Acordo de Paris;
5. Solicitamos aos parlamentares que revisem nossa legislação sobre mudanças climáticas, legislação ambiental e políticas públicas, examinando onde é necessária nova legislação ou reformas, e intercambie boas práticas legislativas no Hemisfério para avançar em direção a uma transição justa;

6. Solicitamos aos parlamentares que reconheçam a importância das ciências climáticas e dados científicos, examinem o estado ambiental, atual e futuro, de nossos países e tomem decisões baseadas em evidências e ações climáticas;
7. Solicitamos que os parlamentares adotem soluções inovadoras para reduzir e prevenir a degradação ambiental, incluindo: a conservação e proteção da biodiversidade e dos bosques, melhorar a qualidade e a proteção do ar e a água evitando mais poluição, aumentar a eficiência e consumo de energia, desenvolver fontes de energia renováveis, encontrar alternativas para plásticos de uso único, melhorar as emissões de transporte, bem como práticas extrativistas e agrícolas;
8. Solicitamos aos parlamentares que capacitem os jovens e reconheçam o valor de seus apelos à ação, garantindo que sejam parceiros ativos nos processos de tomada de decisão relacionados ao clima, nacional e internacionalmente;
9. Solicitamos que os parlamentares e as partes interessadas do governo fortaleçam a educação e a conscientização pública sobre as questões da mudança climática;
10. Solicitamos aos parlamentares que estabeleçam estruturas eficazes de governança climática, que forneçam espaços para grupos tradicionalmente marginalizados desempenharem papéis ativos no desenvolvimento, implementação e monitoramento de ações climáticas;
11. Solicitamos aos governos e parlamentares que reconheçam as mulheres como principais interessadas, e que melhorem sua participação em todas as políticas e processos de tomada de decisão relacionados ao clima;
12. Solicitamos aos governos, parlamentares e organizações internacionais que reconheçam e respondam aos diferentes riscos e impactos que as alterações climáticas têm nas mulheres, devido a desigualdades baseadas no gênero, no acesso a bens e recursos econômicos e, normas socioculturais;
13. Solicitamos aos governos e parlamentares que reconheçam o conhecimento ecológico tradicional dos povos indígenas, e que valorizem suas contribuições no desenvolvimento e implementação de estruturas legais e políticas relacionadas com o clima;
14. Solicitamos que todas as nações reconheçam que os países menos responsáveis por contribuir para as emissões globais de carbono estão sofrendo de forma desproporcional os impactos das mudanças climáticas e, portanto, que a noção de responsabilidades e respectivas capacidades comuns, porém diferenciadas, deve ser respeitada;
15. Pedimos aos países com maiores emissões globais de carbono que reconheçam a sua capacidade e responsabilidade adicional para efetivamente reduzir as emissões nos próximos dez anos, a fim de contribuir para salvar o mundo de uma catástrofe climática;
16. Solicitamos que os parlamentares se envolvam com o setor público e privado para ajudar a cobrir recursos financeiros entre instituições, governos e organizações do clima, bem como para supervisionar os fluxos financeiros;
17. Solicitamos que os parlamentares valorizem e apoiem os mecanismos mercantis e não-mercantis para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas, entendendo que os problemas climáticos são multifacetados e exigem soluções abrangentes;
18. Solicitamos que o setor privado, acadêmicos e os governos colaborem em pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias verdes e ecologicamente corretas, que possam contribuir para reduzir as emissões e melhorar as soluções de adaptação e mitigação;
19. Solicitamos que as partes interessadas e parceiros multilaterais e hemisféricos - inclusive a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) - aumentem a

participação dos parlamentares em todos os processos internacionais de negociação relacionados às mudanças climáticas e criem espaços para diálogo e parcerias contínuas.

20. Solicitamos aos governos e parlamentos a participarem da COP25 e de sua reunião parlamentar (a ser realizada no Chile em dezembro de 2019), bem como em suas atividades relacionadas, considerando o chamado para aumentar a ambição e a urgência da implementação de ações e políticas climáticas. Do mesmo modo, solicitamos o envolvimento total dos parlamentares, assim como de outros atores não-estatais, no desenvolvimento de marcos regulatórios e legislativos relacionados.

Aprovado em Paramaribo, Suriname, em 9 de agosto de 2019